



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 8845

**Presidente da Mesa Diretora:** Antônio Silveira de Sá

**Espécie:** Projeto de Lei

**Categoria:** Não votados, não tramitados

**Autoria:** Fernando Antônio Dias de Andrade

**Data:** 16/04/2013

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 49/2013. (NÃO VOTADO). Dispõe sobre o atendimento aos cidadãos e contribuintes em estabelecimentos da rede pública municipal. (Tempo de espera nas filas).

**Controle Interno – Caixa:** 26.7

**Posição:** 32

**Número de folhas:** 06

---

Especie: PL  
Categoria: não votados e ou não tramitados  
Nº: 26.7  
Ordem: 32  
Nº fls: 04



# Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 49/2013

AUTOR:

Ver. Fernando Antônio Dias de Andrade.

ASSUNTO:

Dispõe sobre o Atendimento aos Cidadãos e Contribuintes em  
Estabelecimentos da Rede Pública Municipal.

## MOVIMENTO

1 Entrada em 16/04/2013  
2 Comissão Legislação e Justiça.

3 -

4 -

5 -

6 -

7 -

8 -

9 -

10 -



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

PROJETO DE LEI Nº 49 / 2013.

*"DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO AOS CIDADÃOS E CONTRIBUINTE  
EM ESTABELECIMENTOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL".*

O povo do município de Montes Claros (MG), por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o estabelecimento/órgão da rede pública municipal obrigado a atender os cidadãos e contribuintes no prazo de 15 (quinze) minutos contados do momento em que ele entrar na fila de atendimento.

Parágrafo único. Entende-se por tempo de espera o computado desde a entrada do cidadão e/ou contribuinte na fila até o início do efetivo atendimento.

Art. 2º. O estabelecimento/órgão da rede pública municipal fornecerá ao cidadão/contribuinte senha de atendimento, na qual constem o número de ordem de chegada, a data e a hora exata de sua entrada no estabelecimento.

Art. 3º. O estabelecimento/órgão da rede pública municipal implantará, no prazo de 90 (noventa) dias, os procedimentos necessários para o cumprimento desta lei.

Art. 4º. O descumprimento do disposto nesta lei sujeita o estabelecimento infrator à multa diária de 20 UREF-MC.

Art. 5º. Não será considerada infração à lei a não observância do tempo de espera decorrente de problemas na transmissão de dados e falta de energia elétrica.

Ar. 6º. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias contados da data da sua publicação.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Montes Claros, 08 de abril de 2013

  
Vereador Fernando Antônio Dias de Andrade

Fernando Antônio D. de Andrade  
(PERMANENTE ANO DO FUTURO)  
VEREADOR



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 16 DE ABRIL DE 2013  
Silva  
PRESIDENTE

## JUSTIFICATIVA

A presente Proposição justifica-se pela necessidade do cidadão em ser tratado com respeito, com dignidade... Deve-se respeitar o princípio da dignidade da pessoa humana. A vida cotidiana, os afazeres, não permitem mais que os cidadãos fiquem por conta de filas, perdendo tempo para resolverem suas pendências. A população clama pela solução deste problema...

Pelas razões expostas, conto com o apoio dos nobres pares para sua aprovação.





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 049/2013 QUE “Dispõe sobre o atendimento aos cidadãos e contribuintes em estabelecimentos da rede pública municipal”, de autoria do Vereador Fernando Antônio dias de Andrade.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O presente projeto tem como escopo obrigar os estabelecimentos/órgãos públicos municipais a atender aos cidadãos no prazo de 15 (quinze) minutos.

Entretanto, ao nosso sentir, referido projeto revela-se ilegal, por ferir o princípio constitucional da independência dos poderes, haja vista que cria novas funções e atribuições para o Executivo Municipal, bem como despesas, e ainda, prevê o pagamento de multa de 20 UREF-MC, ou seja, o Município pagaria uma multa para o próprio Município, o que não seria possível.

Em face ao exposto, o Projeto de Lei fere e contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo Inconstitucional e, infringe normas superiores ordinárias e complementares, sendo de igual forma, ilegal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 17 de abril de 2013.

Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/ MG 78.605



## **Câmara Municipal de Montes Claros - MG**

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER SOBRE PROJETO DE Nº 49/2013**

**AUTOR: Ver. Fernando Antônio Dias de Andrade**

**MATÉRIA: Dispõe Sobre o Atendimento aos Cidadãos e Contribuintes em Estabelecimentos da Rede Pública Municipal.**

#### **I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 16/04/2013, com entrada na Sala das Comissões no dia 19/04/2013.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

A finalidade da presente proposição é a de estabelecer o prazo de 15(quinze) minutos para que os estabelecimentos/órgãos da rede pública municipal atenda os cidadãos.

Não obstante a relevância social da matéria, observa-se que o projeto invade a competência do Poder Executivo, ao criar a obrigação para órgãos públicos municipais, gerando atribuições e despesas.

Desta forma, a norma contraria a Lei Orgânica Municipal, art. 51, inciso III, o qual estabelece que a competência para legislar sobre organização dos serviços e atribuições das Secretarias e órgãos da Administração Pública é exclusiva do Chefe do Executivo.

Por outro lado, o projeto de lei cria, no art. 4º multa diária de 20 UREF – MC , como penalidade para o estabelecimento que descumprir a norma, o que não seria possível por duas razões: primeiro porque Município pagaria a multa para si próprio e segundo porque cria despesas não previstas no orçamento.

Nesse sentido, verifica-se que a proposição incide em vício de iniciativa e fere normas legais e princípios constitucionais.

#### **III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, esta Comissão conclui pela ilegalidade e inconstitucionalidade do referido projeto de lei.

Sala das Comissões, 05 de junho de 2013.

residente Ver. Valcir Soares Silva \_\_\_\_\_

Vice-Presidente : Ver. Ladislau Ronaldo Ferreira \_\_\_\_\_

Relator: Ver. Alfredo Ramos Neto: \_\_\_\_\_